



DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO
DE PROCESSO LEGISLATIVO
Folha nº:
Matricula:

Proposição: PRES - Projeto de Resolução

Número: 000006/2022 Processo: 9530-00 2022

	Parecer - Marcelo Peres Guerson Medeiros Diretoria Jurídica
	DIRETORIA JURIDICA
	PARECER №: 101/2022.
	PROCESSO №: 9.530/2022.
	PROJETO DE RESOLUÇÃO №: 06/2022.
de Fora-l	EMENTA: "Autoriza a celebração de Convênio entre a Câmara Municipal de Juiz MG e a Agência de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/JF".
	AUTORIA: MESA DIRETORA
	I. RELATÓRIO

Solicita-nos o ilustre Vereador Luiz Otávio Fernandes Coelho, Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa, análise jurídica do Projeto de Resolução n° 06/2022, de autoria da Mesa Diretora, que "Autoriza a celebração de Convênio entre a Câmara Municipal de Juiz de Fora-MG e a Agência de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/JF"

É breve o relatório.

Documento assinado digitalmente A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P227509





DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO
DE PROCESSO LEGISLATIVO
Folha nº:
Matrícula:
Rubrica:

Passo a opinar.			

No que concerne à competência para legislar sobre a matéria em questão, não há qualquer impedimento, visto que a Constituição Federal concede aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I). Da mesma forma, a Constituição Mineira (art. 171, I) estabelece a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local. Vejamos:

"Constituição Federal:

II. FUNDAMENTAÇÃO

Art. 30 - Compete aos Municípios:

I- legislar sobre assuntos de interesse local"

"Constituição Estadual:

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

I-sobre assuntos de interesse local, notadamente..."

Em nosso entendimento, interesse local é todo e qualquer assunto de origem do Município, considerado primordial, essencial e que de forma primaz atinge direta ou indiretamente a vida do município e de seus munícipes.

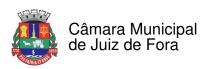
Ainda quanto à competência, especificamente quanto a matéria em pauta, esta encontra amparo em diversas normas legais, a começar pela Constituição do Estado de Minas Gerais, que em seu art. 176, c/c art. 62, IV, dita:

"Constituição Estadual:

Art. 176 - Compete privativamente à Câmara Municipal, no que couber, o exercício das atribuições enumeradas no art. 62.

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P227509





(...)

Art. 62 - Compete privativamente à Assembleia Legislativa

(...)

IV - dispor sobre criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função de seus serviços e de sua administração indireta e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias."

Neste mesmo sentido, a Lei Orgânica Municipal, em seu art. 37, II:

"Lei Orgânica Municipal

Art. 37. Compete à Câmara Municipal, mediante iniciativa privativa da Mesa, dispor sobre:

(...)

II - organização dos seus serviços, criação, transformação ou extinção de seus cargos e funções e fixação ou alteração da respectiva remuneração."

Assim, podemos concluir que quanto à competência legislativa, não há óbice legal para o prosseguimento do projeto em tela.

Quanto à deflagração do processo legislativo, verifica-se que não há vício de iniciativa, uma vez que o Regimento Interno da Câmara Municipal dispões em seu art. 15, §1°:

"Regimento Interno da Câmara Municipal de Juiz de Fora

- Art. 15 A Mesa Diretora é órgão colegiado e decidirá sempre pela maioria dos seus membros.
- §1° Além das atribuições consignadas neste Regimento ou dele implicitamente resultantes, compete à Mesa Diretora a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara Municipal, e, especialmente:

(...)"

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P227509





DIRETORIA LEGISLATIVA	
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO LEGISLATIVO	١
Folha nº:	
Matrícula:	/
Rubrica:	
. \	

III. CONCLUSÃO



Ante o exposto, e sem adentrarmos no mérito da referida proposição, sendo a matéria de competência municipal e não havendo vício de iniciativa, concluímos que o **Projeto de Resolução em tela poderá prosseguir sem óbice legal ou constitucional.**

Por derradeiro cumpre esclarecer que todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo. O Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua incontestável obra "Direito Administrativo Brasileiro", leciona:

"O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subseqüente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação por quem o solicitou."

É o nosso parecer, o qual submetemos, sub censura, à consideração da digna Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa.

Palácio Barbosa Lima, 31 de maio de 2022.

Marcelo Peres Guerson Medeiros Assessor Técnico Aprovo o parecer em 31/05/2022 Luciano Machado Torrezio Diretor Jurídico Adjunto

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P227509